

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
- PLAGEDER**

JOÃO FRANCISCO WERLE

**O ACESSO DA AGRICULTURA FAMILIAR AO PRONAF NO MUNICÍPIO DE
PICADA CAFÉ - RS: OS BENEFICIÁRIOS E ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS**

Picada Café

2011

JOÃO FRANCISCO WERLE

**O ACESSO DA AGRICULTURA FAMILIAR AO PRONAF NO MUNICÍPIO DE
PICADA CAFÉ - RS: OS BENEFICIÁRIOS E ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Dr. Leonardo Xavier da Silva

Coorientador: Ms. Chaiane Leal Agne

Picada Café

2011

JOÃO FRANCISCO WERLE

**O ACESSO DA AGRICULTURA FAMILIAR AO PRONAF NO MUNICÍPIO DE
PICADA CAFÉ - RS: OS BENEFICIÁRIOS E ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: (Cidade local), _____ de _____ de 2011.

Dr. Leonardo Xavier da Silva - Orientador
UFRGS

Dr. Marcelo Conterato
UFRGS

Ms. Chaiane Leal Agne
PUCRS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que sempre está comigo e iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

Ao professor orientador Dr. Leonardo Xavier das Silva e aos tutores à distância que, ao longo do curso, sempre se dispuseram a nos auxiliar e, em especial à tutora Chaiane Leal Agne pelo seu prestativo acompanhamento ao presente trabalho.

Ao poder público municipal que não mediu esforços para trazer o Pólo Universitário de Picada Café - UPC para o município, proporcionando a muitas pessoas a oportunidade de realizar o sonho de concluir um curso de graduação e, assim, contribuir com o desenvolvimento de toda a região.

Aos tutores presenciais e a toda equipe do Pólo UPC que sempre procuraram disponibilizar o melhor ambiente acadêmico durante o curso que, apesar de ser à distância, acabou gerando fortes laços de amizade.

Por último e, com certeza, de papel mais do que fundamental para chegar a esta etapa do conhecimento, gostaria de agradecer a toda a minha família, que sempre me apoiou nesta jornada, em especial aos meus pais e a minha esposa, que sempre souberam compreender o tempo disponibilizado aos estudos. Aos meus filhos, tanto a Maria Eduarda quanto o João Vinícius que está por vir, pois iluminaram de maneira especial meus pensamentos e a cada sorriso me renovavam as energias para seguir firme ao encontro dos meus objetivos.

RESUMO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF se apresenta como ferramenta para auxiliar os vários aspectos enfrentados pelos produtores rurais, tanto que se verifica no município um grande número de beneficiados pelo programa. O presente trabalho trata de uma descrição referente ao acesso dos agricultores familiares do município Picada Café ao PRONAF, verificando as linhas de crédito acessadas, número de beneficiados e organizações envolvidas. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo e para análise de dados foi utilizado o método qualitativo. A obtenção dos dados foi realizada através de um roteiro de pesquisa, aplicado junto à pessoa responsável pela elaboração de projetos aos produtores do município. Ao analisarmos os dados coletados, verificamos que o acesso ao PRONAF, pelos agricultores de Picada Café, atinge diversas atividades rurais, sendo que em matéria de valores, se destacam a aquisição de máquinas e equipamentos, o setor da avicultura, a silvicultura e a aquisição de veículos para o escoamento da produção. O programa apresenta grandes potencialidades de auxílio aos produtores rurais do município, tanto que a maioria dos investimentos nas atividades citadas anteriormente é elevada e dificilmente seriam possíveis com recursos próprios. O número de acessos ao programa poderia ser ainda maior se muitos produtores do município não tivessem uma jornada dupla, ou seja, trabalham nas indústrias da região e depois se dedicam à atividade agrícola, sendo que assim não conseguem se enquadrar nos critérios estabelecidos pelo programa, onde mais de setenta por cento da renda deve vir da agricultura. A realização da presente pesquisa proporcionou primeiramente uma interação com as organizações envolvidas no programa no município, bem como um aprendizado muito construtivo no sentido de entender o processo necessário para a contratação do mesmo, além de permitir uma visão diferente sobre esta política pública.

Palavras-chave: Agricultura Familiar – Políticas Públicas – PRONAF – Organizações.

ABSTRACT

The National Program for the Strengthen of the Family Farming – PRONAF –, presents itself as a tool to support the several aspects faced by the rural producers, mainly because it is found in this county a great number of people that were benefited by the program. The current “search” work is all about a description which refers to the access of the farmers from the county of Picada Café to the PRONAF, checking the credit lines used, the number of benefited people and the related organizations. As methodology it was used the bibliographic search and the field search and also to the data analysis was used the qualitative method. The data obtainment was made through a search itinerary done by the responsible person for the projects creation to the producers of the county. While examining the collected data it was verified that the PRONAF access by the farmers of Picada Café, reach many rural activities, being in a matter of price, outstanding in the acquisition of machinery and equipments, the bird culture sector, the agro forestry and the acquisition of vehicles to the production development. The program presents great helping potentialities to the rural producers of this county, mainly because most of the investments mentioned in the previous activities are of high level, showing that it would be difficult for them “the producers” to do it on their own. The number of access to the program could be even bigger if most of the producers did not have a double journey of work, in other words, most of them work in the region industry and right after that, they dedicate themselves to the agriculture activity, being this way hard for them to adequate to the established criterions by the program, where more than seventy percent of the income comes from the agriculture. This research firstly showed an interaction with the related organizations in the county program, as well as, a very constructive learning to understand the necessary process to hire it, besides granting a different vision about this public policy.

Key words: Family Farming – Public Policy – PRONAF - Organizations

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Valores (em R\$) dos recursos disponibilizados aos produtores rurais, no município de Picada Café, no ano de 2006 a 2010..... 31

TABELA 2 – Número de contratos firmados pelos produtores rurais, no município de Picada Café, no ano de 2006 a 2010..... 32

TABELA 3 – Valor contratado de recursos do PRONAF por **atividade e linha do Pronaf (em R\$)**, pelos produtores rurais do município de Picada Café, no período de 2006 a 2010 33

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1** – Valores (em R\$) da composição do Produto Interno Bruto, Picada Café, Rio Grande do Sul e Brasil..... 29
- GRÁFICO 2** – Valores (em R\$) dos recursos disponibilizados aos produtores rurais, no município de Picada Café, no ano de 2006 a 2010..... 32
- GRÁFICO 3** – Valor contratado de recursos do PRONAF pelos produtores rurais, no município de Picada Café, no ano de 2006 a 2010..... 34

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Figura 1 - Localização geográfica, população, área e bioma do município de Picada Café	27
--	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA.....	14
3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O PRONAF 17	
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR: DEFINIÇÕES TEÓRICAS E NORMATIVAS	17
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS	21
4 O PRONAF EM PICADA CAFÉ: AGRICULTORES BENEFICIADOS E O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES	26
4.1 DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ: ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS.....	26
4.2 O ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AO PRONAF: LINHAS E ATIVIDADES QUE TIVERAM MAIOR NÚMERO DE RECURSOS ACESSADOS DENTRO DO PROGRAMA	30
4.3 A VIABILIZAÇÃO DO ACESSO: O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE I.....	42

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de uma descrição referente ao acesso por parte dos agricultores do município de Picada Café ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Conforme informações da EMATER, somente nos anos de 2008 e 2009 foram mais de 50 contratos realizados, um número bastante significativo, segundo a própria entidade.

A motivação para escolha de tal tema partiu da experiência proporcionada através do estágio supervisionado I, disciplina do curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, junto a um produtor que conseguiu voltar ao meio rural depois de muitos anos trabalhando nas indústrias de calçados locais. Tal retorno só foi possível com a ajuda do PRONAF.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF foi implementado na década de 1990 e é apontado como marco de transformação de um período em que a política agrícola brasileira privilegiava os grandes e médios produtores. A implementação deste programa procurou direcionar linhas de crédito aos “pequenos produtores” sendo que, com a legitimação de programas específicos, surgia uma nova categoria social, os agricultores familiares (WESZ JUNIOR, 2009).

Conforme Fauth (2008), foi através da criação do PRONAF que a partir de 1996 a agricultura familiar começou a ter uma atenção maior do Governo Federal, sendo que este fato também teve seus reflexos na capacidade de organização dos agricultores. Como no Rio Grande do Sul existe uma concentração maior de propriedades de produção familiar, podemos ter uma visão mais rápida de como o PRONAF auxilia os agricultores, em sua maioria, com renda mais baixa.

Quando analisamos, dentro do município, o acesso às políticas de nível federal é importante destacarmos o PRONAF, pois conforme já mencionado anteriormente, nos anos de 2008 e 2009 foram mais de 50 contratos firmados para os agricultores de Picada Café. Existem no nosso município diversos agricultores que, com o auxílio deste programa, conseguem melhorias nas suas propriedades, renovando os equipamentos, aumentando áreas

plantadas, desde o milho até o florestamento com acácia negra, além da avicultura que teve um grande crescimento nos últimos anos.

Desta maneira, a descrição sobre o acesso dos agricultores ao programa servirá de referência para a tomada de decisões, principalmente a nível municipal, onde o contato entre agricultor e poder público se torna mais fácil, além de servir de base para novos estudos relacionados ao tema.

O PRONAF se apresenta como ferramenta para auxiliar os vários aspectos enfrentados pelos produtores rurais, tanto que se verifica no município um grande número de beneficiados¹ pelo programa.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral descrever sobre o acesso ao PRONAF pelos agricultores familiares do município de Picada Café, verificando as linhas de crédito acessadas, o número de beneficiados e as organizações envolvidas. Para complementar esta questão serão utilizados os objetivos específicos, onde será descrito o histórico do PRONAF, ressaltando as principais linhas disponíveis. Serão identificadas, no município, quais destas linhas foram acessadas pelos agricultores, será observado o número de agricultores beneficiados e as atividades que mais receberam recursos pelo PRONAF, além de se descrever as organizações envolvidas e o papel de cada uma delas neste acesso.

A apreciação das informações levantadas no presente trabalho poderá contribuir para uma melhor análise sobre a agricultura a nível municipal, buscando responder a alguns questionamentos que poderão influenciar futuras políticas públicas disponibilizadas a este mesmo grupo de agricultores.

O problema de pesquisa do presente trabalho consiste em analisar, dentro do cenário atual da agricultura municipal de Picada Café, a resposta para o seguinte questionamento: Quais as linhas de crédito acessadas, o número de beneficiários e as organizações envolvidas no acesso dos agricultores do município de Picada Café ao PRONAF?

¹ A palavra “beneficiados” assim como também a palavra “beneficiários” utilizadas ao longo do presente trabalho não tem conotação positiva e não visam dar um entendimento de que os agricultores que acessam o Pronaf recebem benefícios. O sentido empregado a utilização de tais palavras serve unicamente para denominar os agricultores que acessam o programa.

O presente trabalho está organizado em três seções, além desta introdução, sendo que na primeira seção buscou-se discriminar a metodologia que será empregada para atingir os objetivos propostos.

Na segunda seção busca-se um referencial teórico referente às políticas públicas voltadas à agricultura familiar, em especial o PRONAF, seu histórico e linhas disponíveis dentro do território analisado, bem como a caracterização e contextualização da agricultura familiar.

Na terceira seção do presente trabalho procura-se trazer a análise acerca do PRONAF junto à realidade do município de Picada Café, levando em consideração um estudo sobre os agricultores beneficiados, as linhas disponibilizadas para os mesmos, as mais acessadas nos últimos anos, o papel das organizações em tal acesso e os aspectos sociais e econômicos relativos ao município em estudo. Por fim, algumas análises acerca das considerações finais e conclusões referentes ao presente trabalho.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi baseado na pesquisa de campo (Apêndice I), pois, conforme Fonseca (2002), a mesma caracteriza-se pelas investigações em que, além da análise bibliográfica e/ou documental, se coletam dados junto a pessoas utilizando diversos tipos de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica buscou trazer ao presente trabalho artigos, livros e periódicos, tanto em meio eletrônico como em meio impresso, que abordam conceitos relacionados aos assuntos abordados ao longo do trabalho, assim como dados secundários que foram buscados em sites específicos, tais como o IBGE e o FEE. Estes conceitos e dados serviram para enriquecer o trazer maiores informações relacionados aos assuntos abordados.

A análise de dados provenientes do representante da organização foi do tipo qualitativo, onde foi analisada e documentada a opinião e a fala do entrevistado.

Os métodos qualitativos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos é preciso observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas, conforme comenta Dias (2000). Este tipo de pesquisa irá integrar as informações obtidas através dos relatórios e pesquisa direta junto à entidade competente sobre os beneficiados pelo PRONAF.

O estudo foi realizado no município de Picada Café, situado na Encosta da Serra Gaúcha, sendo cortado pelo Rio Cadeia e fazendo divisa com os municípios de Nova Petrópolis, Linha Nova, Presidente Lucena, Morro Reuter e Santa Maria do Herval. Com uma área territorial de 85 quilômetros quadrados e uma população de 5.182 habitantes (Censo IBGE 2010).

A pesquisa foi realizada com a pessoa responsável pela EMATER no município. Esta organização foi selecionada para a entrevista, porque conforme contatos realizados ao longo do presente curso, ela possui as informações condizentes aos objetivos propostos nesta

pesquisa. Além disso, este órgão local destaca-se pela sua atuação junto aos produtores rurais do município, sendo responsável pelo acompanhamento técnico aos produtores, assim como também é o órgão responsável pela Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento fundamental para quem pretende acessar o programa. A coleta de dados será realizada através de entrevista com o órgão competente e ligado aos beneficiários do PRONAF, pois Gil (2007) lembra que a entrevista é uma técnica adequada para obter informações acerca do que as pessoas sabem, creem e fazem, além de obter suas explicações e razões a respeito dessas atitudes.

O roteiro de pesquisa (em apêndice) foi composto de treze questões que fizeram uma abrangência geral sobre o programa e permitiram uma análise sobre o tema. Este roteiro foi estruturado da seguinte forma: primeiramente foram elaboradas questões que abordam a disponibilidade de linhas de crédito relativas ao PRONAF, bem como o acesso e o não acesso dos agricultores às mesmas, destacando o número de acessos e valores liberados pelo programa dentro de cada atividade específica. Para cada uma destas questões, foram elaboradas opções de respostas. Na segunda parte do roteiro, foram elaboradas questões não estruturadas, sem opções de respostas. Estas questões estavam relacionadas às dificuldades encontradas no acesso e o motivo que leva alguns produtores a não acessar o programa. Estas questões também abordaram as organizações envolvidas no acesso ao programa, bem como o papel de cada uma neste ingresso, além de abordar questões relativas a incentivos e a procura pelo programa, envolvendo as organizações envolvidas no acesso ao PRONAF.

O roteiro de pesquisa foi aplicado apenas ao extencionista responsável pela Emater no município, visto que esta instituição, por ter uma grande participação direta com os produtores e indireta com as instituições financeiras, tem condições de responder pelo papel destas das demais instituições dentro do cenário do acesso ao PRONAF.

O período de dados coletados e analisados se refere ao ano de 2006 até 2010, sendo que não há registros no sistema informatizado da EMATER relativos ao período anterior a 2006, assim como também não foram considerados os meses relativos ao ano corrente de 2011.

A análise de dados foi realizada a partir do conteúdo da entrevista, sendo que foi analisada detalhadamente. Conforme Minayo (1993, p. 209), a análise temática “consiste em

descobrir núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado”.

Para descrição do município de Picada Café, quanto ao seu histórico e aspectos sociais e econômicos, foi realizada uma pesquisa junto a sites e bibliotecas do município, sendo que existe pouco material publicado sobre os dados procurados. Deste modo, foi utilizado, além de outras fontes, um documento da Prefeitura Municipal, não publicado, disponível na biblioteca do Pólo UPC.

Para a aplicação do roteiro foi redigido um termo de consentimento e de preservação de dados e privacidade, a fim de preservar a identidade e as informações do entrevistado, caso o mesmo não permitisse a sua identificação, bem como a publicação dos dados fornecidos.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O PRONAF

O presente capítulo irá abordar a política pública do PRONAF, sendo que esta política tem como público-alvo a agricultura familiar. Serão tratadas no primeiro tópico as definições teóricas e normativas que determinam tal categoria, e no segundo tópico será discutido sobre a política pública do PRONAF propriamente dita, com abordagem de um breve histórico e linhas disponíveis no programa.

A busca da discussão sobre a agricultura familiar e o PRONAF, através da abordagem de diversos autores, servirá de embasamento teórico para uma melhor compreensão e análise dos dados sobre o acesso ao programa no município de Picada Café, que foram obtidos juntamente com a aplicação do roteiro de pesquisa (em apêndice).

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR: DEFINIÇÕES TEÓRICAS E NORMATIVAS

A agricultura familiar, conforme Denardi (2001), é um conceito relativamente recente, visto que a pouco mais de vinte anos ainda se falava em pequena produção, pequeno agricultor e antes se utilizava o termo camponês. Ainda, conforme o autor, os empreendimentos familiares têm dentro de suas características principais a administração que é realizada pela própria família que trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Assim sendo, o autor define que a gestão destas propriedades é familiar e o trabalho é predominantemente familiar, além de definir que tais estabelecimentos familiares são, ao mesmo tempo, unidades de produção e de consumo, unidades de reprodução social.

Schneider et al. (2004) faz ligação do surgimento do PRONAF com a utilização do termo agricultura familiar, pois, conforme os autores, o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação a esta nova categoria social, os agricultores familiares, até então definidos

como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Toledo (2009, p. 14) comunga da mesma linha de raciocínio, quanto à ligação do surgimento do PRONAF com a agricultura familiar:

[...] a institucionalização do PRONAF abriu as portas para a consagração jurídica dos agricultores familiares, como categoria produtiva e social, legitimando-os como alvos de políticas públicas e foco de ação do Estado que culminou com a promulgação da Lei 11.326/2006, conhecida como a Lei da Agricultura. A lei, ao institucionalizar a agricultura familiar, consagra a classificação dos tipos de agricultura brasileira: a patronal e a familiar, propostos pelo Relatório FAO/INCRA (1994), remetendo a tipificação de agricultor familiar, conforme os parâmetros adotados para efeito de enquadramento das operações de crédito utilizadas pelo PRONAF.

Neste mesmo sentido, Toledo (2009, p. 40-41) faz menção ao surgimento do termo “agricultura familiar” na literatura, afirmando que.

[...] é a partir dos trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1992) que o termo “agricultura familiar” aparece na literatura como objeto de análise teórica, ao referir que os Estados de capitalismo avançado há muito tempo oficializaram suas escolhas, priorizando a agricultura familiar como um dos indutores do desenvolvimento rural e foco de atenção. Para tanto, este devia promover mudanças estruturais, principalmente a reforma agrária devido ao seu caráter social, econômico, produtivo e distributivo. Na percepção de Veiga (1991), ao adotar a perspectiva analítica e histórica é evidente a constante oposição e dificuldades de coexistência entre as formas “familiar” e patronal” de produção no setor agropecuário brasileiro [...].

Abramovay (1997) destaca que a expressão agricultura familiar é recente, visto que nos anos noventa vários documentos oficiais utilizavam, para descrever tal categoria, as noções de “agricultura de baixa renda”, “pequena produção” ou até “agricultura de subsistência”. Tais noções trazem ao pensamento ideias muito aquém do que significa a agricultura familiar para o desenvolvimento agrícola do país. O autor, além de esclarecer a distância entre as expressões adotadas para a categoria, também destaca que é sobre a agricultura familiar que os países capitalistas centrais organizaram o desenvolvimento agrícola, além de destacar que, apesar do Brasil ser um país de latifúndios, existem inúmeros agricultores familiares que têm uma expressão econômica muito significativa, em alguns casos superando os latifúndios.

A compreensão do conceito de agricultura familiar, ou melhor, do agricultor familiar, nos leva primeiramente a compreender o ator social. Desta forma, Wanderley (2004) nos traz que mesmo sendo esta denominação “atribuída” ao ator social, ela, neste caso, é incorporada pelos próprios agricultores, ao contrário de outras denominações impostas ao ator. Neste sentido, o agricultor se sente valorizado ao ser chamado de agricultor familiar, pois sabe que tal denominação aponta para qualidades valorizadas e o seu papel no processo de desenvolvimento.

Menegetti (2009) destaca que “a agricultura familiar é a base social para o exercício da cidadania” onde, conforme o autor, permite ao cidadão fazer escolhas, o direito de ir e vir, a liberdade para buscar capacidades e qualificações para projetar um desenvolvimento e avançar na vida.

No que se refere a políticas públicas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) adota determinados requisitos que devem ser preenchidos pelos produtores para que os mesmos sejam considerados de agricultura familiar. Conforme a cartilha do SEBRAE (2011, p. 9) tais requisitos são:

[...] - explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);

- residir na propriedade rural ou em local próximo;
- dirigir e trabalhar em seu estabelecimento ou empreendimento, com sua família;
- não dispor, a qualquer título, de área superior a quatro *módulos fiscais*;
- renda bruta anual do grupo familiar entre R\$ 6 mil e R\$ 110 mil com pelo menos 70% provenientes da exploração agropecuária do estabelecimento, ou abaixo de R\$ 6 mil com, pelo menos, 30% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- atividades não agropecuárias são os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outros serviços no meio rural que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar;
- a família, realmente, trabalhar na exploração da propriedade rural. Só podem ser mantidos até dois empregados; eventualmente, em épocas de plantio e colheita, pode ter mão de obra temporária, devendo essa mão de obra ser predominantemente familiar.

Desta mesma forma são considerados também agricultores familiares os produtores que se enquadram nos critérios para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), de acordo com o descrito na cartilha do SEBRAE (2011, p. 27):

[...] A Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP identifica a família como beneficiária do PRONAF, sendo documento obrigatório para acessar as linhas de crédito disponíveis. Mostra a que grupo a família pertence e possibilita outros benefícios assegurados pela Secretaria de Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a exemplo da compra direta, a comercialização de matéria-prima do biodiesel, entre outras.

Importante destacar que os agricultores podem acessar ao programa desde que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da DAP até R\$ 110 mil, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais e não mantenham mais do que dois empregados permanentes (SEBRAE, 2011).

Para efeito de enquadramento como agricultor familiar do PRONAF, devem ser abatidos da renda bruta anual familiar os seguintes casos mencionados na cartilha do SEBRAE (2011, p. 9-10):

- [...] - 50% da renda bruta proveniente da produção de açafrão, algodão-carço, amendoim, arroz, aveia, cana-de-açúcar, centeio, cevada, feijão, fumo, girassol, grão-de-bico, mamona, mandioca, milho, soja, sorgo, trigo e triticale, bem como das atividades de apicultura, aquicultura, bovinocultura de corte, fruticultura, cafeicultura, ovinocaprinocultura e sericicultura.
- 70% da renda bruta proveniente das atividades de turismo rural, agroindústrias familiares, olericultura, floricultura, pecuária leiteira, avicultura não integrada e suinocultura não integrada.
- 90% da renda bruta proveniente das atividades de avicultura e suinocultura integrada ou em parceria com a agroindústria.

Ao analisarmos os conceitos e definições dos autores anteriormente citados sobre a agricultura familiar, bem como os critérios utilizados pelo governo para enquadrar os beneficiários das políticas públicas destinadas à categoria, podemos destacar alguns aspectos importantes. Enquanto autores como Denardi (2001) destacam a característica da categoria através da mão de obra predominantemente familiar, desde os serviços braçais até a administração e gestão da propriedade, outros como Schneider et al. (2004) e Toledo (2009) atribuem o surgimento do termo agricultura familiar à política pública do PRONAF, definida pelo governo e que teria separado definitivamente a agricultura familiar da patronal². Os

² Com base no texto de Abramovay (1997), considera-se agricultura patronal a agricultura praticada de forma empresarial, empregando grande quantidade de mão de obra não familiar e focada no lucro e com baixa diversidade de culturas.

aspectos econômicos que dizem respeito à agricultura familiar também são destacados por Abramovay (1997), tanto que países capitalistas centrais organizaram o desenvolvimento agrícola nesta categoria. Outros autores como Menegetti (2009) e Vanderley (2004) destacam as características sociais. Este segundo dando valor à atribuição e não a imposição do termo agricultura familiar sobre a nova categoria de agricultura.

O que de certa forma se torna consenso entre os autores citados é a importância do reconhecimento destes agricultores como categoria, ou seja, ser tratada de maneira diferenciada com relação à agricultura patronal. Tal reconhecimento significa, além de um enquadramento como categoria, também uma abertura para a criação de políticas públicas específicas que atendam e tratem de maneira diferenciada as necessidades e dificuldades enfrentadas.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

A economia brasileira passou por um longo período de inflação, a qual sofreu inúmeras tentativas fracassadas de combate, sendo que surge em 1993/1994 o Plano Real, o qual, segundo Vasconcellos e Garcia (2008), se diferenciou dos planos anteriores, por reconhecer que uma das principais causas da inflação brasileira consistia no desequilíbrio do setor público e dos mecanismos de indexação.

Com o sucesso no combate à inflação, a criação da lei de responsabilidade fiscal, e o ajuste das contas públicas, fizeram com que a agricultura brasileira fosse alavancada pelo poder público, sendo que neste sentido vários programas de políticas públicas ganharam espaço, de forma a contribuir para o crescimento da agricultura brasileira. Dentre os diversos programas criados pelo poder público para promover a agricultura brasileira, podemos citar a Política da Garantia de Preço Mínimo (PGPM), Seguro Agrícola, Reforma Agrária e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Conforme a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PRONAF é um importante programa de financiamento das atividades agrícolas familiares no meio rural, pois possui, dentre outros aspectos, cerca de dois milhões de famílias inseridas em todo território nacional e as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais. Em 2007, o PRONAF atingiu mais de um milhão e novecentos mil

contratos, com valor médio das operações em torno de R\$ 3.765,72, sendo que a maior parte dos contratos do programa foi absorvida pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Bahia, São Paulo, Espírito Santo e Pará, conforme dados do BACEN (2007).

A análise do PRONAF parte da definição do conceito de política pública, sendo que para tanto partimos da conceitualização realizada conforme Höfling (2001, p. 31).

Políticas Públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Desta forma podemos verificar o papel das políticas públicas dentro da sociedade, sendo elaboradas para atingir setores específicos que, na concepção do Estado, tem as maiores necessidades ou fragilidades, permitindo assim um equilíbrio entre setores.

Para uma melhor compreensão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF precisamos buscar uma rápida análise quanto ao seu histórico, sendo que conforme Schneider et al. (2004), este programa foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural desde o final da década de 1980. Desta forma, segundo os autores, a origem do programa teve por finalidade prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais, que vinham sendo deixados de lado pelas políticas públicas e, assim, enfrentavam dificuldades de se manter no campo.

Segundo Schneider et al. (2004), no ano de 1994 o governo Itamar Franco buscou atender as reivindicações dos agricultores familiares e criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que trabalhava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Os autores definem este programa como sendo o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares. Apesar dos resultados pouco relevantes apresentados pelo PROVAP com relação a recursos repassados aos agricultores, a sua importância é definida como marco transitório, onde, a partir deste momento, se indica uma política pública específica por categoria de produtores rurais, sendo que até esta época os pequenos agricultores eram definidos como “mini produtores” pelas normas do Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, o que os obrigava a disputar recursos com os grandes proprietários, os quais representavam os maiores tomadores de crédito para a agricultura.

Complementando o surgimento do PRONAF, Schneider et al. (2004) destaca que no ano de 1995 o PROVAP passou por uma reformulação, tanto em termos de concepção como na sua área de abrangência, importante ressaltar também que esta alteração ocorreu já no Governo Fernando Henrique Cardoso. As alterações citadas deram origem, já no ano de 1996, ao PRONAF propriamente dito, sendo institucionalizado através do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996. Apesar de ter iniciado neste ano apenas com ações voltadas ao crédito de custeio e a partir de 1997 ter sido ampliado para as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, o programa, a partir de 1996, vem se firmando como principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares.

A criação deste programa representa um marco de transformação, onde o privilégio do acesso a políticas públicas deixou de ser dos grandes e médios produtores e criou uma linha específica para os, então denominados, “pequenos produtores”, sendo que a criação do programa permitiu a denominação desta categoria social nos agricultores familiares (WESZ JUNIOR, 2009).

Conforme disponibilizado pelo site do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (MDA, 2011), o PRONAF possui, além das formas convencionais de financiamento que variam de acordo com o limite financiado, também linhas específicas, onde cada uma busca atender as necessidades do público para o qual foi criado, sendo que tais linhas são:

[...] Custeio

Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no PRONAF.

Investimento

Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

PRONAF Agroindústria

Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

PRONAF Agroecologia

Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

PRONAF Eco

Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.

PRONAF Floresta

Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

PRONAF Semiárido

Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região semiárida.

PRONAF Mulher

Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.

PRONAF Jovem

Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.

PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares

Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

PRONAF Cota-Parte

Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

Microcrédito Rural

Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

PRONAF Mais Alimentos

Financiamento de propostas ou projetos de investimento para produção associados a açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Ao analisar o histórico do PRONAF e as características do seu surgimento, podemos verificar que tal programa, que surgiu há mais de quinze anos, vem sendo ajustado ano após ano pelo governo, de acordo com a necessidade dos produtores e, principalmente, de acordo com os resultados esperados. A força deste programa ganha destaque por resistir a dois governos duplos de partidos de oposição, visto que ao longo do histórico político deste país muitos programas tiveram mudanças políticas, sem levar em consideração o interesse dos beneficiários.

Existem outras políticas voltadas para a agricultura familiar, dentre elas vale destacar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo que o primeiro prevê a compra de produtos alimentares diretamente de agricultores familiares, povos e/ou comunidades tradicionais para distribuição à população de baixa renda, ou seja, pessoas expostas à insegurança alimentar. Os benefícios desse

programa atingem também o desenvolvimento local, valorizando a cultura regional. Dessa maneira, visualizamos a ação do Estado quando interfere no circuito agroalimentar, articulando estruturas de produção e abastecimento, contudo, vale salientar que é necessária a ampliação do investimento público em assistência alimentar (D'ÁVILA, 2011). A segunda política, o PNAE, identifica o dever do Estado com a educação, atendendo educandos da rede pública através do fornecimento de material didático, alimentação, transporte e assistência à saúde. Desta forma o programa ganha forças ao ligar a alimentação escolar à produção agrícola da região, ou seja, a agricultura familiar como principal produtora de alimentos que vão a mesa da população ganha forças ao ter mais um mercado de venda dos seus produtos. Mediante a Lei 11.947/2009 a alimentação escolar deve seguir as seguintes diretrizes: disponibilizar uma alimentação saudável proveniente de produtos seguros e diversificados; propagar a educação alimentar com objetivo de articular práticas saudáveis de vida; promover a participação da sociedade no controle social; universalizar o atendimento aos alunos matriculados na rede pública (REBRAE, 2011).

Voltando ao histórico da agricultura familiar, verificamos que esta surge como categoria social em meio à divisão da agricultura patronal da, até então conhecida como, “pequenos produtores”, ganha destaque a cada ano, se fortalecendo e, principalmente, demonstrando a população a sua representatividade no alimento que vai à mesa da população diariamente.

4 O PRONAF EM PICADA CAFÉ: AGRICULTORES BENEFICIADOS E O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES

O presente capítulo irá abordar a política pública do PRONAF dentro do município de Picada Café, sendo que no primeiro tópico será mostrada uma rápida descrição sobre o município em questão, destacando os aspectos sociais e econômicos. No segundo tópico será visto sobre o acesso dos agricultores familiares ao programa, destacando as linhas e atividades que tiveram maior número de recursos acessados. No terceiro tópico será abordada a viabilização do acesso ao programa, com destaque para o papel destas organizações dentro deste acesso.

4.1 DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ: ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

O município de Picada Café situa-se na encosta sul do Planalto Meridional do estado do Rio Grande do Sul (conforme mapa 1), a uma distância de 80 km da capital do Estado. A paisagem é formada por degraus escalonados e cortados por espigões de arenito com capeamento de basalto. A rede hidrográfica cavou, ao longo dos anos, vales profundos, formando a paisagem do vale profundo com mata subtropical (FLORES, 1996).

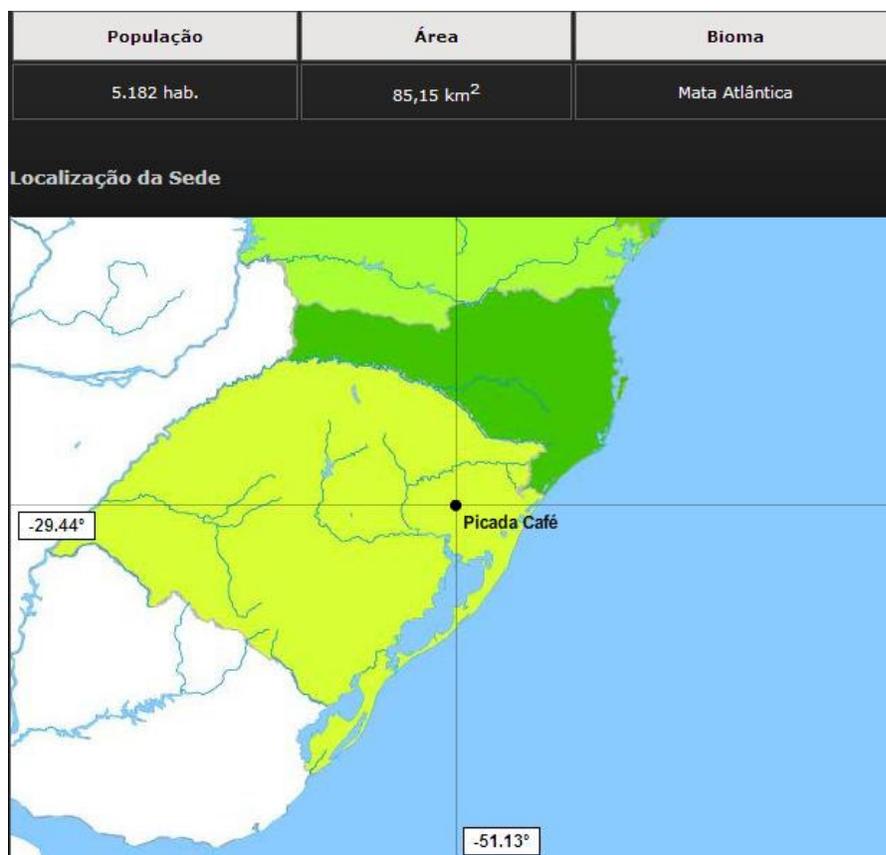


Figura 1 - Localização geográfica, população, área e bioma do município de Picada Café.
 Fonte: IBGE (2010)

O município contabiliza uma população de 5.182 habitantes, sendo que 4.559 moram na área urbana e 623 na área rural. Conforme dados do Censo Agropecuário 2006, existem no município 201 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2011), onde apesar se não estar disponível no Censo, a grande maioria destes estabelecimentos se enquadra nas características da agricultura familiar. A área de 85,15 km² foi desmembrada dos municípios de Nova Petrópolis, Ivoti e Santa Maria do Herval junto com a criação do município, a qual ocorreu em vinte de março de mil novecentos e noventa e dois, através da Lei nº 9546 publicada no Diário Oficial do Estado em vinte e quatro de março de mil novecentos e noventa e dois (FEE, 2011).

Picada Café pertence à bacia hidrográfica do Atlântico, com um clima subtropical de transição entre o tropical e o temperado, sendo que a precipitação pluviométrica varia de 1700 a 2000 mm por ano. A vegetação predominante é a da Floresta Pluvial (Subtropical), com fama de cobrir os solos férteis de decomposição do basalto e do arenito (FLORES, 1996).

Os solos predominantes no município são: Solo Litólico – solo com pedras, o Solo de Várzea – aluvial e o Solo Vermelho – latosolo. Em função dos solos e dos aspectos geográficos, principalmente pelo relevo acidentado podemos definir a aptidão os solos agrícolas do município como sendo 10% do solo para lavouras mecanizáveis; 30% do solo para lavouras não mecanizáveis e o restante do solo para preservação permanente ou para a silvicultura (Picada Café, 2011)³.

Conforme o Censo Agropecuário de 2006, o município de Picada Café possui 192 unidades de produção rural, sendo que estas ocupam uma área de 2.682 hectares.

Conforme dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal, as principais culturas agropecuárias do município são: leite, ovos de galinha, mel, acácia negra, suínos, frangos, bovino de corte, batata-doce, feijão em grão, mandioca, milho e hortifrutigranjeiros. Dentre as atividades que apresentam melhores alternativas para o município, podemos destacar as que conciliam a pouca disponibilidade de terra e mão-de-obra, sendo que podemos destacar a agroindústria, produção de frangos, fruticultura, vinicultura e horticultura (Picada Café, 2011).

No período da colonização o município estava eminentemente baseado na agricultura, sendo que as primeiras indústrias começam a se instalar em Picada Café no final da metade do século XX (1941) com a indústria coureiro calçadista. A grande expansão e desenvolvimento das indústrias ocorrem nos anos 70 e 80, com as indústrias calçadistas (Picada Café, 2011).

Neste sentido, podemos verificar que a chegada das indústrias transformou a realidade que anteriormente era predominante da agricultura para a predominância das indústrias, que passaram a ser as grandes geradoras de impostos ao município e também as responsáveis pela absorção da mão-de-obra disponível no município e região.

No gráfico a seguir, podemos analisar o PIB de Picada Café em comparação com a realidade a nível estadual e também a nível federal. Neste aspecto fica evidente o grande destaque para as indústrias do município, pois elas correspondem pela maior parte do Produto Interno Bruto, o que já não se repete nos demais níveis analisados, pois enquanto que no

³Documento da Prefeitura Municipal intitulado de "Programa SEBRAE de Desenvolvimento local de Picada Café" "Diagnóstico municipal de Picada Café", disponível no Pólo UPC de Picada Café. Neste documento aparecem muitas das informações sobre a caracterização da região e aspectos sociais e econômicos, porém neste documento não tem ano de elaboração, nem autor, somente encadernação e impressão em folhas com o brasão da Prefeitura.

município o predomínio é da indústria, no estado e no país o setor de serviços é o responsável pela maior parcela do PIB.

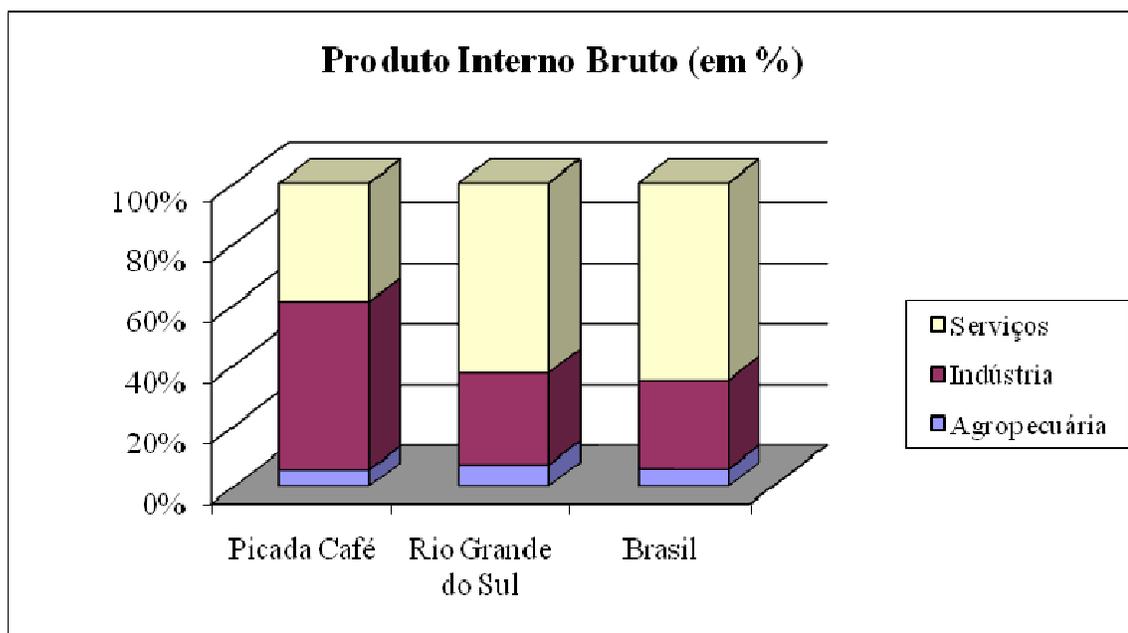


Gráfico 1 – Valores (em R\$) da composição do Produto Interno Bruto, Picada Café, Rio Grande do Sul e Brasil. Fonte: IBGE (2010)

A análise dos aspectos sociais e econômicos do município de Picada Café nos remete ao histórico de colonização, os aspectos culturais vieram com estes imigrantes, os quais, além de marcar um predomínio por muitos anos, ainda hoje representam grande influência dentro do cenário municipal.

As indústrias instaladas no município e a gradativa diminuição da atividade agrícola está de certa forma relacionada as políticas públicas disponibilizadas pelo governo depois da colonização da região, além da revolução verde e outros fatores. As políticas públicas, por exemplo, por muitos anos foram destinadas a agricultura patronal, a qual não está presente nas propriedades da região. O Pronaf e as demais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar ainda são recentes para apagar as marcas deixadas pelas dificuldades enfrentadas pelos agricultores da região, tanto que os agricultores mais antigos ainda não perderam a concepção de abandono e de que o desenvolvimento e o futuro dos filhos estão nas indústrias.

A realidade de algumas propriedades do município vem sofrendo alterações através das novas gerações que vem se organizando em cooperativas e buscando recursos dentro dos

programas disponibilizados pelo poder público e aos poucos vão mudando o cenário da agricultura municipal.

4.2 O ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AO PRONAF: LINHAS E ATIVIDADES QUE TIVERAM MAIOR NÚMERO DE RECURSOS ACESSADOS DENTRO DO PROGRAMA.

A agricultura familiar de maneira geral e em especial a da região do município de Picada Café vem sofrendo com o êxodo rural e o envelhecimento da população rural, em grande parte relacionado às indústrias da região que necessitam cada vez mais mão-de-obra, oferecendo ao jovem do meio rural o salário garantido ao final do mês, não dependendo de fatores climáticos e intempéries que podem, a qualquer momento, acabar com o trabalho de vários meses. Nesta linha de pensamento verificamos a importância das políticas públicas no meio rural, pois seja ela municipal, estadual ou federal, todas elas contribuem de alguma maneira para aumentar as expectativas e garantir melhores perspectivas para os produtores. Em geral, verificamos as políticas públicas municipais relacionadas com a necessidade específica dos produtores do município, relacionada à proximidade entre poder público e os beneficiados e as políticas públicas federais, principalmente o PRONAF como possibilidade do produtor se enquadrar na sua necessidade junto à disponibilidade de recursos do governo.

O PRONAF vem se apresentando ao longo dos últimos anos como ferramenta de prosperidade para muitos dos produtores do município, tanto que investimentos em máquinas, equipamentos, construções de aviários e financiamentos de novas culturas trazem novas perspectivas aos produtores. A maioria destes produtores não teria como economizar valor suficiente para tais investimentos e da mesma forma seria arriscada a contratação de financiamentos normais junto aos bancos, pois na maioria dos casos os juros aplicados são muito superiores aos disponibilizados pelos programas do governo.

Ao longo do presente curso de graduação tivemos várias oportunidades de contato com produtores que já acessaram o PRONAF, assim como também tivemos contato com produtores que nunca acessaram o programa e também não pretendem acessar. Nestas

experiências encontramos casos em que produtores foram obrigados a vender a propriedade para saldar dívidas, estas não necessariamente relacionadas ao acesso do PRONAF, mas que de maneira geral estão relacionadas com a administração da propriedade. Por outro lado, encontramos um número muito grande de produtores que estavam satisfeitos com a situação da propriedade e em muitos destes casos esta satisfação estava relacionada com as conquistas obtidas através dos acessos ao PRONAF.

Ao analisarmos o histórico de acesso dos agricultores familiares do município de Picada Café ao PRONAF, verificamos que apesar da disponibilidade de praticamente todas as linhas de crédito dentro do programa, o acesso se restringe ao “PRONAF custeio”, “PRONAF investimento” e ao “PRONAF mais alimento”.

Os valores contratados através do programa apresentam picos de elevação nos anos de 2008 e 2009 (conforme tabela 1, a seguir), sendo que nestes anos houve a abertura da linha de financiamento de tratores através do “PRONAF mais alimento”. Desta forma, ocorreu uma grande procura pelo programa, tanto através do produtor em renovar a frota da propriedade como também por parte dos representantes dos fabricantes dos tratores que, cientes da disponibilidade de crédito, foram de encontro aos produtores oferecendo o produto.

Tabela 1 – Valores (em R\$) dos recursos disponibilizados aos produtores rurais no município de Picada Café, nos anos de 2006 a 2010.

Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Valor Contr.	300.747,15	375.358,07	970.829,70	838.099,45	475.358,20

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados coletados junto a EMATER de Picada Café.

No gráfico 2 a seguir, podemos visualizar melhor a disparidade dos valores contratados, principalmente quanto aos anos de 2008 e 2009 comparados com os demais, sendo que, ao compararmos com o ano anterior e posterior a este período, ou seja, anos de 2007 e 2010, verificamos que os valores contratados praticamente dobram.

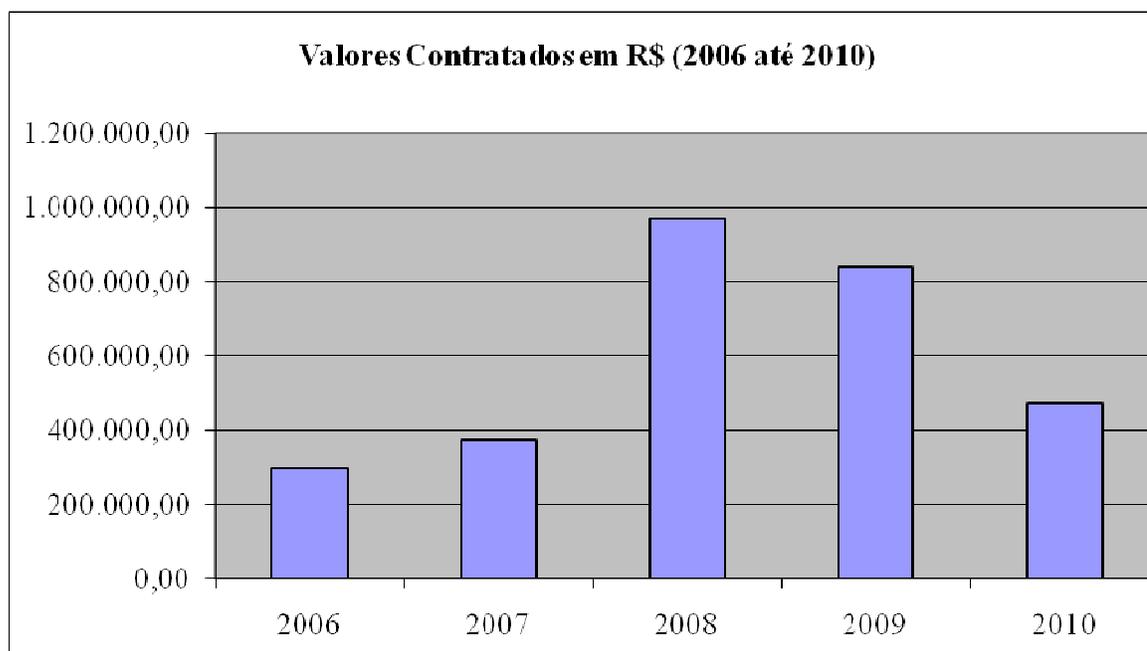


Gráfico 2 – Valores (em R\$) dos recursos disponibilizados aos produtores rurais no município de Picada Café, nos anos de 2006 a 2010.

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados coletados junto a EMATER de Picada Café.

Conforme podemos verificar através da tabela 2, a seguir, a quantidade de contratos firmados dentro do período de 2006 a 2010 apresenta certa similaridade, ou seja, não se verifica grandes diferenças entre a quantidade de contratos firmados em um ano em comparação aos demais. Ao analisarmos a tabela 2 em conjunto com as informações da tabela 1 e gráfico 2, apresentados anteriormente, podemos verificar que, apesar dos anos de 2008 e 2009 apresentarem picos de valores contratados, não existe um aumento proporcional na quantidade de contratos firmados. Desta maneira, confirma-se o aumento nos valores dos contratos firmados neste período, o que está diretamente relacionado à aquisição de tratores, conforme informado anteriormente.

Tabela 2 – Número de contratos firmados pelos produtores rurais no município de Picada Café, nos anos de 2006 a 2010.

Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Nº Contratos	39	25	33	26	21

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados coletados junto a EMATER de Picada Café.

Conforme podemos verificar na tabela 3, a seguir, o acesso ao PRONAF pelos agricultores de Picada Café atinge diversas atividades rurais, sendo que ao analisarmos em matéria de valores, se destacam alguns setores. Primeiramente vem a aquisição de máquinas e equipamentos com o valor de R\$ 1.774.219,59 em destaque na tabela 3, destinando-se em especial para a renovação da frota de tratores por parte dos agricultores. Em segundo vem o setor da avicultura com o valor de R\$ 336.219,69 em destaque na tabela 3, destinando-se principalmente para a construção de aviários e aquisição de equipamentos para a criação de frangos de corte em sistema integrado. Em terceiro vem a silvicultura com o valor de R\$ 180.842,00 em destaque na tabela 3, destinando-se principalmente na aquisição das mudas e preparo do solo, atividade muito desenvolvida no município em função do relevo acidentado e em quarto lugar vem a aquisição de veículos com o valor de R\$ 155.753,20 em destaque na tabela 3, sendo destinado para facilitar o escoamento da produção.

Tabela 3 – Valor contratado de recursos do PRONAF por atividade e linha do Pronaf (em R\$) pelos produtores rurais do município de Picada Café no período de 2006 a 2010.

Atividade	Valor Contratado (R\$)	Linha do Pronaf
Avicultura	336.219,69	Mais Alimentos / Agric. Familiar – Invest.
Silvicultura	180.842,00	Floresta / Agric. Familiar – Invest.
Máquinas, Equipamentos e Tratores	1.774.219,59	Mais Alimentos / Agric. Familiar – Invest.
Plantio Milho	92.809,42	Agric. Familiar – Custeio
Pecuária Leiteira e Equip.	127.577,20	Agric. Familiar – Invest.
Olericultura	26.519,18	Agric. Familiar – Custeio
Fruticultura	139.890,35	Mais Alimentos / Agric. Familiar – Invest.
Veículos Utilitários / Caminhões	155.753,20	Mais Alimentos / Agric. Familiar – Invest.
Outros	126.561,94	Agric. Familiar – Invest. / Custeio

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados coletados junto a EMATER de Picada Café.

No gráfico 3, a seguir, podemos visualizar melhor os recursos destinados para cada atividade no período de 2006 até 2010, com destaque para as quatro atividades anteriormente mencionadas.

As grandes disparidades entre os valores contratados para cada atividade estão relacionadas aos valores dos bens contratados, sendo que os tratores representam valores altos, assim como a construção e equipamentos para os aviários e os veículos para o escoamento da produção.

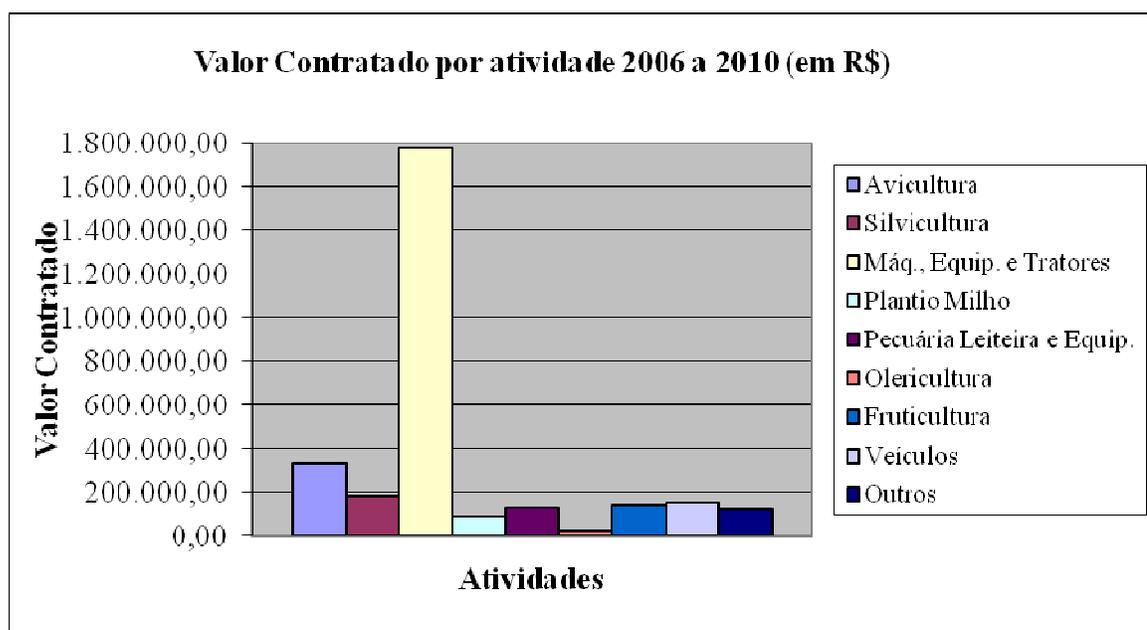


Gráfico 3 – Valor contratado de recursos do PRONAF pelos produtores rurais, no município de Picada Café, nos anos de 2006 a 2010.

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados coletados junto a EMATER de Picada Café.

Ao analisarmos os dados coletados junto à organização, podemos verificar a quantidade de acessos ao programa nos últimos anos, além das atividades que mais receberam recursos através do programa. Desta forma fica mais fácil compreender o crescimento de setores como a avicultura e silvicultura, os quais se destacam mais na paisagem local do que a aquisição de tratores e veículos para o escoamento da produção, pois nestes casos não necessariamente haverá aumento na área a ser produzida.

A avicultura vem apresentando, nos últimos anos, um grande aumento de produção, visto que novas empresas de abate, as quais são as responsáveis pelo sistema de integração com o produtor, estão se instalando no município e região.

A atividade da silvicultura vem ganhando destaque no município pelo relevo acidentado da região, que não favorece a agricultura mecanizada, e também pela menor necessidade de mão-de-obra, tema já levantado anteriormente e que tem ligação com as indústrias presentes no município, o êxodo rural e o envelhecimento da população do meio rural, a qual acaba arrendando a terra para esta atividade.

4.3 A VIABILIZAÇÃO DO ACESSO: O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES

Ao verificarmos a viabilidade de acesso ao programa no município, verificamos a presença de várias organizações, tais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER, Secretaria Municipal da Agricultura e as instituições financeiras “bancos”. Neste cenário o Sindicato e a Secretaria da Agricultura fornecem orientações sobre o PRONAF aos agricultores do município, enquanto a EMATER é a responsável pelo fornecimento da declaração de aptidão ao PRONAF - DAP, além da elaboração do projeto e dos laudos que o acompanham e de orientações técnicas. As instituições financeiras são responsáveis pela execução do contrato, assim como também fazem as exigências de garantias de fiadores, quando necessário.

Anualmente, a EMATER realiza encontros com os produtores para divulgar o novo “plano safra”, as mudanças de regras e a comparação dos juros ofertados pelo programa em comparação aos aplicados pelo mercado. Isso, além de divulgar a possibilidade de cobertura por seguro na maioria dos casos, o que amenizará os problemas em caso de intempéries que possam vir a acontecer.

Os encontros realizados com os produtores, a divulgação dos programas e até mesmo a troca de informações entre vizinhos faz com que em mais de 90% dos casos os produtores procurem diretamente a EMATER para a elaboração do projeto e acesso ao programa. O restante dos projetos surge de visitas feitas às propriedades, onde é verificada a viabilidade inicial do projeto, o que posteriormente é confirmado e encaminhado no escritório local.

Na grande maioria dos acessos ao programa são poucas as dificuldades enfrentadas pelos produtores depois do encaminhamento do projeto, restringindo-se às exigências de

garantias e fiadores por parte das instituições financeiras e do período de liberação dos recursos, o qual vem apresentando grande melhora nos últimos anos.

O fator que apresenta uma considerável dificuldade está relacionado ao enquadramento no programa, pois muitos produtores têm uma área de terras, fazem uma jornada de trabalho nas indústrias existentes no município e dedicam os seus períodos de folga às atividades na agricultura. Deste modo, dificilmente conseguem atingir uma das exigências do programa, que exige mais de 70% da renda oriunda da agricultura.

Ainda verificando a viabilidade de acesso ao programa, constatamos que dentro do cenário municipal existem produtores que se enquadram nos critérios do PRONAF e não acessam o mesmo, sendo que conforme levantamento do escritório da EMATER no município, na maioria destes casos é clara a falta de informação e interesse dos agricultores. Segundo o extensionista, apesar de visitar as propriedades e muitas vezes constatar alguma possibilidade de melhoria, ele não pode induzir os produtores a acessar o programa. Desta mesma forma, o levantamento realizado pela entidade traz reflexos de um período difícil enfrentado por muitos dos produtores e de suas famílias, sendo que alguns, em geral os mais velhos, são contrários a contrair dívidas que não tenham certeza que podem ser quitadas. Importante lembrarmos que estes produtores já trazem no seu histórico familiar a colonização de uma região tomada pela mata, onde na maioria das vezes eram necessárias longas jornadas de trabalho para garantir a sobrevivência da família, ao que se diga em ter excedente de produção para saldar dívidas e fazer novos investimentos. É importante destacar também que a maioria destes produtores viveu, em um passado recente, um longo período de inflação elevada, onde uma pequena dívida podia se tornar impagável em um curto espaço de tempo.

Na opinião do extensionista, o acesso dos produtores a recursos financeiros disponibilizados através do PRONAF apresenta inúmeros aspectos positivos, dentre os quais podemos citar: através de recursos para investir na propriedade é possível gerar novas fontes de renda, principalmente pela diversificação da produção, investindo em novas culturas e técnicas de produção, as quais, na maioria das vezes, exigem maiores investimentos.

Dentro deste cenário também podemos destacar que muitos dos projetos, quando elaborados da maneira correta, com cronogramas de investimento e de produção, são pagos com a própria produção, ou seja, não se torna necessário tirar recursos de outra atividade da propriedade para pagar o investimento em uma nova cultura.

Conforme o extensionista da EMATER, esta diversificação de produção representa muito mais do que apenas aumentar a renda da propriedade. Concebe a abertura de novas oportunidades para os produtores e seus filhos, influenciando também no êxodo rural, pois muitos dos jovens deixavam as propriedades por falta de perspectivas de crescimento, sendo que, se a situação já não estava boa para seus pais, com a permanência dele na propriedade a situação tenderia a piorar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Picada Café, com seus aspectos geográficos que não favorecem a agricultura mecanizada e aumenta em grande parte as áreas de preservação permanente, apresenta bons resultados no setor agropecuário, sendo que a agricultura familiar, predominante na região, se fortalece com a diversidade de produção e com os auxílios disponibilizados pelas políticas públicas. As considerações relativas à agricultura familiar e à política pública do PRONAF mencionadas no presente trabalho, pelos diversos autores, vêm a fortalecer a importância da categoria da agricultura familiar, assim como também dar ênfase ao PRONAF como principal fonte de crédito para a categoria.

A realização da presente pesquisa proporcionou, primeiramente, uma interação com as organizações envolvidas no PRONAF no município, bem como permitiu um aprendizado muito construtivo no sentido de entender o processo necessário para a contratação do programa. Também permitiu uma visão diferente sobre as políticas públicas, sejam elas desde o PRONAF, de nível federal até as municipais, que vão diretamente ao encontro da necessidade dos produtores locais.

Numa época em que tanto se fala em Desenvolvimento Rural, verificamos, através do presente trabalho, a importância das políticas públicas para tal, pois é justamente através delas que o produtor tem a oportunidade de desenvolver novas culturas, expandir a que já trabalha, aperfeiçoar novas técnicas de cultivo, entre outras. Desta forma a interação entre o governo e os produtores rurais deve ser cada vez mais próxima, sendo que para tal, o papel dos mediadores, extensionistas e demais envolvidos tem um papel fundamental. Esta questão se confirma ao verificarmos as políticas públicas municipais, as quais, em função da proximidade entre os beneficiários e gestores, apresentam resultados maiores.

Podemos destacar que o Pronaf, enquanto política pública contribui para o desenvolvimento rural de Picada Café, pois apesar de não ter uma equidade de valores, são diversos os setores atingidos pelos recursos acessados. Esta diversificação de setores dentro do cenário da agricultura municipal diminui a fragilidade quanto a fenômenos climáticos ou até mesmo crises econômicas que possam ocorrer em determinados setores terão o seu efeito

minimizado. Além desta diversificação, podemos destacar o papel do programa quanto a valorização da agricultura familiar, onde que neste caso abrange a grande maioria das propriedades do município e possibilita crédito de maneira relativamente rápida aos produtores investir na necessidade da sua propriedade.

Dentro do processo de acesso ao programa verificamos o envolvimento das diversas organizações, conforme já citado ao longo do trabalho, sendo que sem as quais o produtor não teria condições de acessar o programa. Esta análise leva em conta desde a obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, até a elaboração do projeto, liberação financeira e o acompanhamento através de relatórios, após a liberação dos valores do programa. Além destes fatores também vale destacar que, em muitos casos, o produtor já vem em busca do programa com uma ideia formada através da troca de informações com outros produtores, cabendo ao responsável pela elaboração do projeto a avaliação de viabilidade, pois na maioria das vezes as propriedades possuem realidades diferentes, o que precisa ser destacado na elaboração do projeto. O processo de elaboração do projeto passa a proporcionar uma troca de experiência entre o produtor e o agente envolvido, visto que muitas vezes o produtor passa a perceber a sua propriedade ou o seu projeto para obtenção de crédito de maneira diferente da que estava quando procurou a organização.

Verificamos também no histórico recente da agricultura municipal um acesso considerável de produtores ao programa, e além da quantidade de acessos, se destacam os valores acessados, pois a aquisição de tratores, ou então o investimento em aviários que requer um valor alto, dificilmente é possível sem o auxílio do programa.

Em função dos resultados gerados neste trabalho, surgiram algumas lacunas para reflexão e agenda de pesquisas futuras. A primeira delas refere-se às informações que se tornam limitantes ao partir da percepção de uma pessoa ligada a EMATER, o que era objetivo do trabalho, podendo assim ser mascarada a percepção de algum outro problema relacionado ao programa que não fora mencionado no presente trabalho. A segunda refere-se à limitação das informações dos acessos ao programa antes do ano de 2006, dados estes não disponíveis no sistema da EMATER, o que permitiria uma visão sobre um período mais amplo. A terceira refere-se à realização de uma análise mais social da realidade estudada, verificando as mudanças que o programa proporcionou na vida dos beneficiários e de que forma este influenciou na permanência no meio rural, bem como as perspectivas traçadas para as gerações futuras no mesmo. Como o presente estudo é apenas um começo de tantos outros

que se pretende desenvolver, fica para agenda futura a realização desta análise mais social da realidade local, o que permitirá ter como base o presente estudo realizado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo, **Agricultura familiar e uso do solo**, disponível em: http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/1997/Agricultura_familiar.pdf acessado em 27 de março de 2011.

ANJOS, Flávio Sacco dos, Wilson Itamar Godoy, Nádia Velleda Caldas, Mário Conill Gomes, **Agricultura familiar e políticas públicas: o Impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul**, Ver. Econ. Sociol. Rural v.42 n.3 Brasília jul./set. (2004).

BACEN - Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2007**. Brasília: BACEN, 2007. 1235p.

D'ÁVILA, Claudia R. ROVERSI, Mariana M.S. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Texto disponibilizado para Disciplina Tópicos Especiais – Segurança Alimentar e Nutricional – DERAD 025. UFRGS. Porto Alegre. Disponível em <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br> > Acesso em fevereiro de 2011.

DENARDI, Reni Antonio, **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Disponível em: http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_p_arte12_artigo.pdf acessado em 15 de fevereiro de 2011.

DIAS, C. Pesquisa qualitativa – características gerais e referências. Disponível em: <http://www.reocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf> Acesso em 04 de agosto de 2008.

FAUTH, Elvin Maria, **Agricultura familiar: evolução favorável em anos recentes**. (2008). Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/download/indicadores/35_04/6-parte.pdf. acessado em 15 de novembro de 2010.

FLORES, Hilda A. Hübner e FLORES, Moacyr. **PICADA CAFÉ**. Porto Alegre: Ed. Nova Dimensão, 1996.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia de Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HÖFLING, Eloisa de M., **ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> acessado em junho de 2011.

IBGE Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.html?1>. acessado em 07 de março de 2011.

LOPES, M.A. **A agricultura e o desafio da sustentabilidade.** 2007. Artigo em Hypertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2007_1/sustentabilidade/index.htm>. Acesso em: 15/11/2010.

MENEGETTI, Gilmar A. **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar.** Disponível em <https://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=4218> . Acesso em janeiro de 2009.

MDA, **Linhas de Crédito**, disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/PRONAF/2258856> acessado em maio de 2011.

MINAYO, Maria Cacília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 406p.

PICADA CAFÉ, **Diagnóstico municipal de Picada Café**, Disponível na biblioteca do Pólo UPC, consultado em maio de 2011.

REBRAE. **A Lei 11947/2009 e as novas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Salvador/ BA, Julho de 2009. Disponível em <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br> > Acesso em fevereiro de 2011.

RURAL, Globo, **Alimentos e Cooperativismo em discussão em Brasília**, (2008) Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC1687414-1935,00.html> acessado em 10 de dezembro de 2010.

SEBRAE, **Cartilha do Acesso ao PRONAF.** Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf) acessado em 06 de fevereiro de 2011.

SCHNEIDER, S. CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLII, 2004, Cuiabá. **Anais.** Cuiabá:, 2004.

TOLEDO, Elisário N. Boeira. **Uma análise do PRONAF em Salvador das Missões: Mediação e agricultura familiar**, 2009.

VASCONCELLOS, M. S. de; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia.** São Paulo: Saraiva, 2008. 3. ed. 292p.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf> acessado em 27 de março de 2011.

WESZ JUNIOR, V. J. **Políticas Públicas de Agroindustrialização na Agricultura Familiar: Uma análise do PRONAF-Agroindústria**, 2009.

APÊNDICE

Roteiro de Pesquisa

01 - Quais as linhas de crédito do PRONAF disponíveis para os agricultores do município de Picada Café?

- Custeio
- Investimento
- PRONAF Agroindústria
- PRONAF Agroecologia
- PRONAF Eco
- PRONAF Floresta
- PRONAF Semiárido
- PRONAF Mulher
- PRONAF Jovem
- PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares
- PRONAF Cota-Parte
- Microcrédito Rural
- PRONAF Mais Alimentos

02 – Qual(is) desta(s) linha(s) de crédito é (são) a(s) mais acessada(s)?

- Custeio
- Investimento
- PRONAF Agroindústria
- PRONAF Agroecologia
- PRONAF Eco
- PRONAF Floresta
- PRONAF Semiárido
- PRONAF Mulher
- PRONAF Jovem
- PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares
- PRONAF Cota-Parte
- Microcrédito Rural
- PRONAF Mais Alimentos

03 - Qual o número de agricultores beneficiados pelo programa anualmente?

- 2006
- 2007

- () 2008
- () 2009
- () 2010

04 - Qual o valor de recursos do programa liberado anualmente para os agricultores do município?

- (R\$) 2006
- (R\$) 2007
- (R\$) 2008
- (R\$) 2009
- (R\$) 2010

05 - Quais as atividades que mais receberam recursos do PRONAF?

- () Avicultura
- () Silvicultura “Reflorestamento”
- () Máquinas, Equipamentos, Tratores
- () Plantio milho.
- () Pecuária leiteira e seus equipamentos
- () Olericultura
- () Fruticultura
- () Veículos
- () Outros

06 – Qual o valor destinado a cada uma destas das atividades?

- (R\$) Avicultura
- (R\$) Silvicultura “Reflorestamento”
- (R\$) Máquinas, Equipamentos, Tratores
- (R\$) Plantio milho.
- (R\$) Pecuária leiteira e seus equipamentos
- (R\$) Olericultura
- (R\$) Fruticultura
- (R\$) Veículos
- (R\$) Outros

07 - Quais as organizações envolvidas no acesso ao crédito do PRONAF?

- () Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- () Associação e Cooperativa de Produtores. Quais são?

- () EMATER
- () Secretaria de Agricultura Municipal
- () Instituições Financeiras (Bancos).

08 - Qual o papel de cada uma destas organizações?

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

- Associação e Cooperativa de Produtores

- EMATER

- Secretaria de Agricultura Municipal

- Instituições Financeiras (Bancos)

09 – Existem agricultores no município que se enquadram nos critérios do PRONAF e não acessam o programa? Se sim, quais principais motivos para não acessarem o programa?

10 – Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores ao acessar o programa do PRONAF?

11 – Quais os pontos positivos quanto ao acesso dos agricultores ao programa?

12 – Há algum incentivo, por parte das organizações, para que os agricultores familiares acessem esta política?

13 – Descreva como é o acesso dos agricultores ao PRONAF. São eles que procuram informações ou vocês vão até eles?